

Estudantes, professores e funcionários preparam

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com a Fundação São Paulo e Reitoria

No dia 14/9, às 19h, acontecerá no TUCA mais uma Audiência Pública, reunindo desta vez a Fundação São Paulo e a Reitoria, para debaterem com estudantes, professores e funcionários a atual situação da universidade.

O evento acontece num momento crucial para os professores quando, além de todo o sucateamento de seu trabalho docente, com a maximização, criação de tabelas diferenciadas de trabalho, a Fundação nega-se a assinar o Acordo Interno de Trabalho, preferindo utilizar-se do texto do Sinpro-SP, que é muito inferior ao acordo anualmente assinado pela entidade.

Da mesma forma, os funcionários são submetidos a uma situação semelhante, com tabelas salariais diferenciadas e a ameaça de implantação de um novo Plano de Cargos e Salários, cujo teor passa longe da discussão com a AFAPUC, entidade representativa dos funcionários.

Por tabela os estudantes sofrem com a precarização a que são submetidos professores e funcionários, que já não podem ministrar aulas ou prestar serviços com a

mesma qualidade do que antes, quando a PUC-SP mantinha minimamente sua autonomia. Os discentes sofrem também com uma mensalidade elevada e com a falta de bolsas, que provoca um alto grau de inadimplência e uma infra-estrutura de aulas no mínimo sofrível.

COMO SERÁ A AUDIÊNCIA

Em reunião, professores, estudante e funcionários decidiram o formato da Audiência Pública, a ser realizada no dia 14/9. Esse formato será apresentado em reunião com a Reitoria para que sejam finalizados os preparativos para a Audiência.

A ideia das entidades é criar seis blocos de cinco perguntas. Cada pergunta pode ter três minutos de duração e a resposta do Consad poderá ter 10 minutos. A mesa seria composta pelos membros do Consad, por um estudante, um professor e um funcionário.

Os organizadores também querem que as primeiras perguntas sejam das entidades representativas da universidade, tais como Centros Acadêmicos, a APROPUC e a AFAPUC.

PROFESSOR(A)

PARTICIPE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

14/09

3ª feira

às 19h no TUCA

✓ **EM DEFESA DA APROPUC-SP:**
pela assinatura imediata
do Acordo Interno de Trabalho.

✓ **EM DEFESA DOS PROFESSORES:**
pela isonomia salarial,
por contrato de tempo indeterminado,
contra a maximização.

APROPUC lança abaixo-assinado em defesa do Acordo Interno de Trabalho

A APROPUC vem sofrendo constantes ataques por parte da Fundação São Paulo, em virtude de sua postura crítica com relação à situação dos professores na universidade. O último destes ataques foi a negativa da Fundação São Paulo em negociar o texto do Acordo Interno de Trabalho, preferindo adotar unilateralmente a Convenção do Sinpro-SP, que não contempla boa parte das situações específicas dos docentes da PUC-SP. Uma das consequências desta postura foi a negativa da Fundação em renovar as horas administrativas pagas pela associação aos seus diretores, mas que constavam nos contratos de trabalho destes docentes (veja matéria nesta página).

Nesse sentido a diretoria da APROPUC está lançando um abaixo-assinado em defesa da assinatura imediata do Acordo Inter-

no. As adesões ao texto podem ser feitas através do site da entidade no endereço www.apropucsp.org.br, ou ainda nos diversos de-

partamentos da universidade ou na própria sede da APROPUC. A seguir publicamos a íntegra do abaixo-assinado.

Abaixo-assinado dos professores da PUC-SP pela imediata assinatura do Acordo Interno de Trabalho

Aos secretários da Fundação São Paulo, Pe. José Rodolpho Perazzolo e Pe. João Júlio Farias Júnior

A PUC-SP foi um espaço de resistência a ditadura militar e, mesmo após este regime de triste memória, prosseguiu na construção de uma universidade com condições de ensino e de trabalho de seu corpo docente que se diferenciam de outras instituições. Os Acordos Internos Coletivos de Trabalho são constitutivos deste processo que transformou esta univer-

sidade em referência nacional e internacional.

Dentre as importantes conquistas que no momento encontram-se suspensas e ameaçadas de extinção pela ausência do acordo interno, mencionamos a garantia de contrato por tempo indeterminado e a relação direta de emprego; bolsas de estudo para os filhos de docentes; adicional por tempo de serviço; licença para qualificação acadêmica; complementação salarial por acidente ou doença; despesas de transporte e alimentação para o cam-

pus de Barueri; e reconhecimento no Contrato de Trabalho de 40 horas pagas pela entidade aos diretores da APROPUC.

Julgando desnecessário insistir no quanto este quadro prejudica o corpo docente e produz enorme insegurança em relação ao futuro desta universidade, construída com o empenho e a dedicação dos que aqui trabalham e estudam, nós, abaixo-assinados, professores da PUC-SP, solicitamos a imediata assinatura do Acordo Interno de Trabalho que expirou em fevereiro de 2010.

Fundação corta horas administrativas da APROPUC

Na sexta-feira, 27/8, a APROPUC recebeu uma comunicação da DRH informando que em atendimento à orientação da Fundação, e em virtude da não pactuação do Acordo Interno a atribuição de horas para a APROPUC ficaria prejudicada implicando no não pagamento das horas relacionadas a tais atividades.

A APROPUC comunicou à Reitoria que prometeu se inteirar do caso ainda naquela sexta-feira, e dar uma esposta à entidade, fato que não aconteceu até hoje. Como noticiamos em nossa edição anterior, trata-se de mais um ataque à entidade e que foi prontamente respondido através de uma nota de sua assessoria jurídica, cujo teor reproduzimos ao lado.

CARTA DA APROPUC A FUNDAÇÃO

Na qualidade de advogada da Associação dos Professores da PUC - APROPUC, sirvo-me da presente para expor e requerer o quanto segue:

1. Conforme comunicação realizada por Vossas Senhorias no dia 30/08/2010, foi informado que não seriam mais pagas pela Fundação, as horas administrativas dos diretores da APROPUC, já incluindo as que deveriam ser pagas no 5º dia útil de setembro de 2010.

2. Importante salientar que os valores são custeados pela própria Associação, somente repassados pela Fundação, no entanto, a comunicação foi realizada a destempe de a entidade conseguir preparar um meio alternativo para o recebimento direto desses valores.

3. Os diretores possuem obri-

gações pessoais e contam com a remuneração dessas horas, como ocorrido por vários anos.

4. Ademais, a certificação da nova diretoria da APROPUC foi encaminhada no início de agosto de 2010, o que daria prazo para as providências cabíveis por essa Instituição.

Reiteramos que o repasse aos Diretores da Associação sempre foi realizado nos termos do Acordo Interno, o que gera surpresa o

fato da comunicação ocorrer nas vésperas de um pagamento, comprometendo sobremaneira o salário desses professores com vencimento em setembro de 2010.

Dessa forma, requeremos que seja feito ainda esse mês o pagamento das horas administrativas, com o repasse das verbas.

Sabrina Chagas Noureddine - Advogada da APROPUC



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – Correo Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Luana Lila
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Lúcio Flávio R. de Almeida e Victoria C. Weischardt

Prosseguem os depoimentos de docentes sobre o Acordo Interno de Trabalho

Mais docentes vêm se juntar à lista daqueles que vêm na renovação do Acordo Interno uma necessidade imediata. O PUCviva, semana após semana, vem mostrando a decisão da categoria de negociar um texto que foi uma das principais referências para a classe trabalhadora brasileira. No entanto, até agora a Reitoria não informou à entidade a data em que será possível uma nova reunião entre professores e Fundação São Paulo.



Madalena Guasco Peixoto

Professora da Faculdade de Educação

Considero um grande retrocesso a posição tomada pela Fundação São Paulo de não negociar um novo Acordo Interno de Trabalho.

Esta posição demonstra um desrespeito com uma história construída nas relações de trabalho dentro da universidade, história que a colocou entre as universidades mais qualificadas e democráticas do Brasil. Isso demonstra também que a Fundação São Paulo vem se alinhando com a postura dos patronais mais atrasados da educação superior. Evidencia, ao mesmo tempo, que a Fundação São Paulo assume uma posição incongruente e contraditória.

Quando tinha que respeitar o acordo coletivo e as regras trabalhistas propôs um acordo individual da dívida com os professores, passando por cima do Acordo Co-

letivo de Trabalho, do Sindicato dos Professores e da APROPUC, e agora ao se negar a negociar um Acordo Interno de Trabalho, afirma em documento, que somente irá cumprir o que rege a negociação coletiva de trabalho.

Também estranho a posição da Reitoria com relação a este procedimento da Fundação São Paulo, que macula a nossa história interna e coloca em risco a tradição da nossa universidade, que sempre foi da via negociada e do respeito às entidades representativas.

O corte das horas de atividade da APROPUC constitui-se em mais uma ofensiva contra a entidade, porque a meu ver a entidade é maior que sua diretoria. A Fundação São Paulo não tem ônus financeiros com o pagamento destas horas, o total de horas e seus encargos sempre foram pagos pela própria associação.

Dirceu de Mello

Reitor da PUC-SP

O assunto do Acordo Interno rigorosamente falando diz respeito à Fundação, já assumi uma posição que a APROPUC conhece. Fazendo-se um exame comparativo entre o que existia no Acordo (cuja preocupação é exatamente prorrogar) e aquilo que vem sendo consagrado pelas decisões do Consad, não haveria prejuízo para os professores. Mesmo sem o Acordo Interno, a convenção do Sinpro-SP assegura aos professores esses direitos. Eu particularmente não conheço nenhuma situação em que os direitos dos trabalhadores estejam descobertos. Se evidentemente a decisão dos secretários é de não prorrogar o Acordo é um problema que

diz respeito à Fundação. Todas as vezes que o assunto é levado ao Consad tem-se verificado se aquele direito que está sendo reclamado pelo professor continua assegurado ainda que sem assinatura do Acordo Interno. Infelizmente sou obrigado a dizer que certas notícias que foram divulgadas pela associação através do **PUCviva**, sobretudo aquela manchete que dizia que a Fundação e o Reitor estão praticando crime, foram muito fortes. E isto criou um mal-estar que eu acabei absorvendo, mas cada um tem a sua maneira de pensar.

Quanto ao corte das horas da APROPUC, eu não poderia responder prontamente porque gostaria de saber se este direito já era consagrado pelo Acordo Interno. Esses fatos só chegaram ao meu conhecimento quando eu li o **PUCviva**, mas oficialmente ainda nada me chegou às mãos.

Eu gostaria, enquanto professor, até mesmo porque eu sou fundador da APROPUC, que houvesse esse entendimento, uma solução de consenso. Mas cada um, em seu foro de deliberação, assume um comportamento.

Effraim Boccalandro

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Na universidade, desde os anos 70 pra cá, enfrentamos muitos problemas financeiros. Porém, sempre participávamos das decisões. A Mantenedora mantinha um clima de diálogo com os representantes da APROPUC. Eu sou contra que se feche o diálogo com os representantes docentes e não se fale com os diretores da

entidade. O diálogo é a maneira mais correta de resolver o impasse.

Alipio Casali

*Prof. Titular do Departamento de Fundamentos da Educação
Ex-Vice-Reitor da PUC-SP
(1984-1988)*

Não posso fazer uma avaliação de mérito sobre o travamento das negociações. Não sei se alguma parte, a APROPUC ou a Fundação São Paulo, foi responsável unilateralmente. Em geral, nessas situações, não há unilateralidade: são processos em que a reciprocidade é inerente. A negociação nas relações de trabalho é uma condição e um elemento essencial. Toda relação de trabalho é uma negociação - desde o processo de recrutamento até o final da carreira do profissional existe uma negociação implícita, além das negociações formais e explícitas. Existe um processo permanente de acordo e criação de consenso em torno da relação de trabalho. Este é o ponto mais importante e central. Dentro desse ponto vista, embora eu não possa avaliar o mérito do caso, espero que haja negociação. Como trabalhador e professor há 37 anos na PUC-SP, e disso me orgulho, espero que não haja impedimentos para a renovação do Acordo Interno.

Já fui gestor da PUC-SP e entendo o quanto as relações sindicais podem tensionar, produzir obstáculos, dificuldades e, eventualmente, criar impasses. Mas os impasses serão sempre precários e passageiros, quando não táticos, porque mais à frente algo tem que ser acertado e se acerta.

Estou confiante de que haverá progresso nas negociações.

Cultura Crítica debate obra de Euclides da Cunha

No dia 30/8, o auditório 333 recebeu o lançamento da 10ª edição da revista Cultura Crítica da APROPUC que, desta vez, abordou a vida e a obra do escritor Euclides da Cunha. Estavam presentes ao lançamento João Hilton, Celina Leal, Rachel Aparecida Bueno e Erson Oliveira. O diretor da APROPUC, João Teixeira, falou sobre a importância da revista: "A Cultura Crítica não poderia deixar de participar da celebração do centenário da morte de Euclides da Cunha".

Celina Leal traçou uma comparação entre dois importantes escritores brasileiros, Guimarães Rosa e Euclides da Cunha. Em seu texto, a professora abordou as proximidades e as distâncias entre as obras dos escritores. Para Leal, ambos escrevem com muita ênfase à linguagem, mas cada um com a sua característica predominante. Euclides da Cunha descreve com rigor o ambiente do sertão, ao contrário de Rosa que, igualmente preocupado com a linguagem, recria o sertanejo a partir da fala.

Outro elemento que aproxima os dois escritores é a dificuldade de categorizar suas obras em romance, epopéia, ciência natural ou história. Cunha e Rosa fazem "obras híbridas", afirmou Leal. Para concluir, a professora falou que "saímos da leitura de Guimarães Rosa e Euclides da Cunha empoeirados, meio jagunços e meio sertanejos".

Em seguida, a professora Rachel Bueno abordou a morte de Euclides. "Não

poderia deixar de comentar sobre o desaparecimento de Cunha e das consequências de sua ausência para a literatura", afirmou a professora.

Em seu artigo Bueno traçou a história do autor, abordando sua trajetória de vida e suas características psicológicas. Euclides se formou engenheiro, profissão com a qual não se identificava, tornando-se um grande estudioso das questões brasileiras. Foi casado com Ana de Assis a quem negou por diversas vezes o divórcio. Ao retornar de uma viagem de um ano e meio da Amazônia encontrou sua mulher grávida de Dilermando e decidiu "acertar as contas". Porém, em meio ao entrevero, é Dilermando que mata Euclides.

À época, o crime foi um choque e apesar da justiça ter absolvido Dilermando que matou Euclides em legítima defesa, a sociedade nunca o perdoou, nem a Ana. A sociedade da época não entendia como uma mulher podia querer um divórcio de seu marido. Para a professora, não houve grandes mudanças na mentalidade brasileira, que permanece conservadora. "A mesma sociedade que condenou Ana, hoje condena o casamento gay e a legalização do aborto".

COMUNISMO PRIMITIVO

Erson Martins de Oliveira, ex-professor da PUC-SP, analisou em seu texto as transformações pelas quais Euclides passou durante a produção de



Acima, à esq., Rachel Bueno e João Hilton, à direitas João Batista Teixeira. Abaixo, Erson Martins e à direita, Celina Leal

Os Sertões. No início, enviado especial do jornal A Província (precursor do O Estado de S. Paulo), e republicano convicto, acreditava que Canudos era um movimento monarquista e anti-republicano, e que sua tarefa era denunciar isso.

No entanto, ao chegar ao sertão, Euclides se depa-rou com outra realidade. Segundo Erson, nesse momento o escritor assumiu "o dever moral de contar que acontecia em Canudos um massacre contra camponeses que lutavam por terra e viviam numa sociedade em que já não havia mais propriedade, numa espécie de falastério, uma sociedade comunista primitiva". Erson afirmou que a genialidade de Euclides foi "através de um contato efêmero com o sertão conseguir através de uma observação dialética captar a realidade e a estrutura do sertão".

O professor João Hilton abordou a resistência do sertanejo e de como o tema é mostrado em Os Sertões. Para o professor, durante a obra Euclides, vai colocando ao leitor as condições em que vive o sertanejo.

Nas duas primeiras partes do livro, a terra e o homem, Cunha prepara o leitor para entender as condições de luta em Canudos, "nós (leitores) somos preparados para chegar ao local da luta, assim como os jagunços de Canudos", afirmou o professor.

Segundo João quando Euclides mostra Canudos ele demonstra como a nossa república nasceu com um banho de sangue para manter os interesses dos latifundiários. "Esse conflito (Canudos) e Os sertões mostraram para o Brasil como se constituiu a nossa república", concluiu.

Quase todos se omitiram... Quase todos... Mas, não todos. A ordem é ignorar!!!

Anna Maria Garzone Furtado

Obrigada:

-aos que, lendo meu artigo, me cumprimentaram ou pessoalmente, ou por telefone, pela coragem das denúncias,

- à APROPUC, dando-me esta oportunidade, pela primeira vez permitida a resposta à publicação, via internet e jornal, do Ato do Reitor instaurando o processo administrativo, acompanhado de texto extremamente vexatório e calunioso, desrespeitando a Lei de Imprensa,

-aos que me consideraram bastante lúcida por não compactuar ainda, com as irregularidades, apesar do preço pago,

-aos que me ouviram, embora nada "podiam fazer", e nem puderam depor a meu favor

à Igreja, que se dispôs a me ouvir e perceber a "barbaridade" cometida, nas pessoas de Ir. Valdete, PE. Rodolpho e Cardeal,

-a todos os funcionários e colegas que, no anonimato, me informam das falcaturas e me incentivam a prosseguir na busca pela justiça,

- aos meus amigos leais que ajudaram a não desacreditar da carreira universitária,

-aos médicos, que me venceram eu não estar "louca", conforme o "diagnóstico" de colegas e chefias,

-à professora de Português, que se dispôs a avaliar os trabalhos do aluno analfabeto, sem a mínima condição de exercer o magistério, permitindo que não fosse acusada de perseguição, como com outros,

Enfim, aos meus filhos que aguentaram junto comigo toda humilhação da ampla

publicidade de minha loucura e, não acreditaram nela,

-Mas, especialmente a três pessoas da universidade:

-ao Dr. Marco Antonio Marques da Silva, que enfrentou com a coragem de um ser e profissional digno, não se deixando levar pelas exigências canalhas, renunciando à função de presidente da comissão do processo, e dirigindo-se à profa: "a Sra está coberta de razão. Não farei o querer de mim, a priori, justa causa" Não se vendeu, talvez tenha pago um preço alto, cuja gratidão terei, pelo resto de minha vida, pois suas palavras: "olhar o outro com os olhos da dignidade humana", mostraram a pessoa que é, com todo prestígio que tem em sua vida pública,

-Ao Dr. Antonio Carlos Malheiros, advogado da Cúria, e professor da PUC/SP, que tão eficientemente, ouviu e, encaminhou a professora às instâncias adequadas, testemunhando reuniões, considerando os inúmeros afazeres de sua rotina de trabalho,

-À funcionária, Mirza Helena Arruda Secretária-chefe da Faculdade de Educação, de extrema competência, com 28 anos de casa, convocada pela Reitoria para depor, pagou com o preço altíssimo de sua demissão, "por ter feito o que minha consciência dizia", ao ser repreendida, na defesa da professora

Aos que afirmam ignorar o que contem o artigo:

-ignorar o outro, pode ter algumas explicações:

-ou não conhecem o assunto e, são ignorantes,

-ou têm a ambição dos deuses de ignorar os humanos, considerando-os vermes, conside-

rando-se moradores do Olimpo, o ponto alto do poder; mas, ignoram também, que os deuses gregos, apesar de habitarem o Olimpo, se consideravam humanos nos defeitos e qualidades. E, ao afirmarem que o conteúdo do texto, não os atinge, uma vez que a falta de caráter não lhes permite mesmo, a sensibilidade de assumir suas canalhices. Não tem a menor semelhança com a dignidade e, o caráter das pessoas especiais, aqui citadas.

Por isso, às ignorantes: - Advogada, Coordenadora da Assessoria Jurídica, que, não respeitando nem a sua própria profissão, "cumpriu ordens", confundindo vida particular com profissionalismo, desrespeitando a legislação por ela mesma fornecida, adulterando documentos que absolviam a professora e, inventando outros, além de toda difamação pública, ainda atualmente,

- Pró-Reitora da Graduação, que não teve a coragem de usar sua autoridade para promover o diálogo, assumindo a orientação inicial que dera à professora, optando por ser fantoche das exigências do CD, que não permitia o enfraquecimento de poder, após ter chegado a certas conclusões, que foram tiradas em cima de acusações arbitrárias feitas pela ex-Coordenadora de Licenciatura, sem avaliar, respeitar minimamente e, sem dar o direito à defesa, na forma do diálogo, ferindo fortemente, a ética profissional,

-à atual Diretora da Faculdade de Educação que também "dirigiu", até proibindo os professores de qualquer palavra com a professora

-à ex-chefe do Departamento de Tecnologia, respon-

sável por grande parte do bullying e, ao assédio moral contra a professora

-à ex-Diretora do Centro de Educação que também optou por ser fantoche, apesar de orientações que nem ela mesma respeitou,

-ao ex-Reitor que se deixou levar pelo grupo político forte, não teve o menor escrúpulo de aceitar os procedimentos sugeridos, maquievelicamente, para acabar com a vida profissional da professora; não se dispôs a usar a autoridade de seu cargo, preferindo fazer parte do chamado "Pacto da Mediocridade", expressão por ele usada no Memorial apresentado, quando de seu concurso para titular, em 1987, para cuja banca convidou a profa; são seus os dizeres: "a PUC/SP tem uma característica: conchavos de alunos com professores, professores com professores, professores com as autoridades, é o que chamo de Pacto da Mediocridade." Não teve a menor visão crítica daquilo que ele mesmo criticou. O tempo ofuscou sua memória, não avaliando o que é o trabalho de uma professora que durante 45 anos esteve na instituição, o que talvez comprove, não ser esta, "louca", conforme permitiu que se divulgasse, pública e, internacionalmente.

Enquanto houve muita gente a quem pude dizer um "obrigada" do fundo de meu coração, aos ignorantes, meus pêsames, não merecem a dignidade de seus cargos!!! É lamentável!!!

Anna Maria Garzone Furtado é ex-professora da Faculdade de Ciências Sociais e Educação da PUC-SP.

GAUCHE NA VIDA

Milhões aderem às greves na África do Sul - é assim que derrotaremos os patrões

Dois milhões de trabalhadores sul-africanos decidiram pela greve geral programada para 2/9, para apoiar 1,3 milhões de trabalhadores do setor público que se encontram em greve há mais de 15 dias.

Mzwandile Makwayiba é um dos líderes do Nehawu, o maior e mais militante sindicato do setor público da África do Sul. Ele falou ao Socialist Worker sobre a greve:

"Na África do Sul há dois tipos de gente: os que têm dinheiro e os que não têm. Os que não têm são a grande maioria. A habitação inacessível, os salários de fome e a inflação galopante estão arrebatando os trabalhadores.

Estamos lutando para sobreviver e é por isso que estamos em greve. Eu fui funcionário de um hospital e sei como as condições são precárias. Somente na província de Gauteng [Johanesburgo] há falta de 6.000 enfermeiros.

O governo pinta um quadro no qual os grevistas só pensam neles mesmos. Na verdade, é a classe trabalhadora que está sofrendo, pois os nossos hospitais e escolas não recebem financiamento. É por isso que os trabalhadores estão preparados para se solidarizar na greve conosco na quinta-feira.

Tivemos uma greve em 2007 e temíamos que os trabalhadores não con-

seguissem fazer uma greve novamente, mas neste ano o apoio foi ainda mais forte.

Enquanto trabalhadores, sabemos que só possuímos duas armas: nossa unidade, que não permitiremos que seja rachada, e nossa capacidade de luta.

Diria aos trabalhadores ingleses: nossa luta é a sua luta. Estamos lutando em uma batalha global contra o neoliberalismo, contra os patrões que querem nos forçar a pagar pela crise deles.

Se estivermos preparados para lutar com força, se continuarmos unidos, poderemos vencer."

O artigo acima foi pu-

blicado originalmente no Socialist Worker de 4/9 de 2010 www.socialistworker.co.uk/art.php?id=22304. A tradução do inglês é de Victória Claire Weischtorft.

Nesta sessão, apresentaremos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições para os próximos números, mande ver (o artigo deve conter, no máximo, 5000 caracteres, com espaço).

Plebiscito denuncia concentração de terras no Brasil

Entre os dias 1 e 7/9, aconteceu em todo o Brasil o plebiscito popular pela limitação da propriedade da terra em 1000 hectares. A iniciativa é do FNRA (Fórum Nacional da Reforma Agrária) que, junto com outras entidades e partidos, luta contra a brutal concentração de terras no Brasil.

Na PUC-SP diversos Centros Acadêmicos e estudantes independentes organizaram entre os dias 1 e 3/9 urnas por toda a universidade, mobilizando e conscientizando a comunidade sobre a necessidade de limitação da propriedade para que todos que precisem tenham acesso a terra.

DADOS DA DESIGUALDADE

O último censo agropecuário, realizado em 2006, mostrou o tamanho da desigualdade no campo. A pesquisa identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, correspondentes a 84,4% do total. Esses estabelecimentos ocupam 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% do total de terras agriculturáveis no Brasil.

O agronegócio, por sua vez, corresponde a 15,6% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam 75,7% da área agrícola do Brasil. Esses dados apontam que a esmagadora

maioria da população rural detem uma pequena parte das terras, enquanto uma minoria ocupa através de enormes latifúndios a maior parte da terra no país.



Estudantes da PUC-SP votam pelo limite da propriedade de terra

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato contra criminalização da pobreza encerra a Semana de Direito

O auditório 239 estava lotado com estudantes da PUC-SP e militantes de diversos movimentos sociais que fizeram um ato contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais no encerramento da semana acadêmica do curso de Direito, organizada pelo C.A 22 de Agosto.

Diversos representantes de entidades denunciaram a criminalização cotidiana dos pobres e dos movimentos sociais. Leon Cunha, do Tribunal Popular, demonstrou que o Estado brasileiro sistematicamente criminaliza os pobres e os movimentos sociais sendo responsável pela morte de muitos negros e jovens nas periferias de todo o país.

Para ele a superação desse modelo só acontecerá quando "colocarmos o dedo na ferida do Estado, mostrando que ele é responsável pela morte de muitos jovens negros na periferia".

O cantor e compositor Chico César, que também esteve presente à ocasião, falou sobre o histórico de seu irmão GG, militante de referência do movimento de moradia. "Já perdi as contas de quantas vezes fomos visitar o GG na prisão, e todas às vezes ele foi preso por estar ao lado do movimento popular", contou Chico César, sobre a perseguição política ao seu irmão.

Pedro Vieira, da Secretaria Nacional de Justiça, discutiu a distância entre as leis e sua aplicação, afirmando que "aos pobres é sistematicamente negado diversos direitos, como se a lei fosse seletiva. Dessa



Acima, o público que lotou a sala 239, abaixo o cantor e compositor Chico Cesar e a professora Bia Abramides, presidente da APROPUC

forma, muitos direitos na prática não representam direitos", afirmou.

A presidente da APROPUC, Bia Abramides, esteve presente e fez uma fala representando a entidade. "Nós temos muitos GGs pelo mundo, e são criminalizados porque essa é a ló-

gica do capital", disse. Bia concluiu, ao lembrar que no dia 16/9, será realizado um ato em frente ao Fórum Criminal de São Paulo, na Barra Funda, com a presença de entidades do movimento social, incluindo a APROPUC, para dar peso à absolvição de GG.

Justiça suspende portaria de terras Guarani em SC

O Conselho Indigenista Missioário lançou uma nota de protesto contra a decisão do Ministro da Justiça de suspender os efeitos das portarias de terras Guarani no estado de Santa Catarina, nos municípios de São Francisco do Sul e Araquari.

Confira um trecho do manifesto: "A decisão do ministro Luiz Paulo Barreto é inócua, improcedente, descontextualizada e prejudicial aos interesses da União. Isso porque, a decisão judicial de primeira instância atingiu atos administrativos de demarcação de terras indígenas e, como sabemos, uma terra indígena é um patrimônio público federal, é um bem da União. Diante desta decisão, a primeira medida responsável de um Ministro de Estado da Justiça deveria ser a de defender os interesses da União, atacando, através de recursos judiciais, a decisão que anulou os efeitos dos atos administrativos realizados pelo seu ministério".

Após conquistas, servidores do judiciário saem da greve

Cerca de 15 mil servidores do Judiciário de São Paulo decidiram em assembleia, realizada na praça João Mendes, terminar com a maior greve da história da categoria, que completou 127 dias de paralisação. Após mui-

ta luta, os trabalhadores conquistaram o reajuste que reivindicavam.

Os trabalhadores terão reposição salarial de 4,77% paga em janeiro de 2011 e o restante dos 20,16% reivindicados pela categoria deverão ser pagos no final do ano

de 2011, por meio do orçamento do Estado. Uma nova reunião entre os servidores e o Tribunal de Justiça de São Paulo foi marcada para o dia 6/10 para continuar a negociação de melhores condições de trabalho.

ROLA NA RAMPA

Reitor anuncia construção de prédio na Faficla ainda este ano

Em reunião com os professores do Departamento de Jornalismo, o professor Dirceu de Mello confirmou a construção de um novo prédio no corredor da Cardoso de Almeida, até o final deste ano. Indagado por professores e alunos sobre a precariedade das condições de trabalho, no chamado corredor da Cardoso, o reitor disse que não fará mudanças radicais no setor, uma vez que foi liberada uma verba a fundo perdido pelo MEC, através do BNDES, que está vinculada à construção de novas estruturas. Dessa maneira, a primeira das três torres aprovadas para o Corredor deve ter seu início ainda este ano, sob o risco de perder-se a verba federal. Outro assunto em

pauta foi a reivindicação da Agência On-line, do curso de Jornalismo, que já foi aprovada em 2006 na nova reforma curricular e até hoje continua tramitando nos intrincados labirintos da Faficla. O reitor garantiu que uma solução será dada antes da Audiência Pública do dia 14/9. Falando sobre a reivindicação dos professores, referente à criação da Faculdade de Jornalismo, o reitor afirmou que este tema já fazia parte de seu programa e que ele considerava indispensável à universidade a criação desta nova estrutura. É por este motivo que ele e sua Reitoria de Graduação, já despacharam favoravelmente ao pleito do curso de Jornalismo.

Intervozes lança livro sobre direito à comunicação

No dia 8/9, das 18h30 às 21h30, na Livraria da Vila (Rua Fradique Coutinho, 915, Vila Madalena) será realizado o lançamento do livro *Contribuição para a Construção de Indicadores do Direito a Comunica-*

ção de Diogo Moyses, João Brant e Michele Prazeres. Na ocasião, haverá debate com os autores. A publicação foi editada pela própria Intervozes, coletivo Brasil de Comunicação Social.

Aulas de Vidya Yoga na PUC-SP

Os interessados em participar das aulas de Vidya Yoga, na PUC-SP, já podem fazer as inscrições. Existem turmas nas segundas e quartas-feiras, às 12h, e de terças e quintas-feiras, às 12h, às 13h e às 18h. As inscrições podem ser feitas no PAC (sala 63-G, Prédio Novo) ou pelos telefones 3670-8544/8035. O valor das mensalidades é de R\$60.

Palestra debate juventude e política

Juventudes e políticas: práticas políticas juvenis e políticas públicas para a juventude é o tema da palestra que terá participação da professora Sílvia Borelli do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A atividade acontece no dia 10/9, às 17h40, no auditório Professor Ricardo Sayeg, sala 100 do Prédio Novo.

Impasse nas eleições da APG

A apuração da eleição da APG, Associação dos Pós-Graduandos, ainda não foi iniciada porque a chapa APG Ativa pediu a impugnação da urna do campus Monte Alegre. A chapa de situação encaminhou o pedido de anulação da urna porque alguns pós-graduandos decidiram votar em Perdizes, local onde estudam, e não na Consolação, sede dos pro-

gramas. O regimento das eleições prevê que os estudantes devem votar na sede dos seus cursos. A chapa de oposição Diversidade em Ação afirmou que o voto no próprio campus foi um ato político porque os estudantes devem votar no local que estudam. O caso foi encaminhado para a Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias.

Seminário discute 20 anos do Código do Consumidor

Em comemoração aos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, será realizado, no dia 13/9, das 9h às 18h, o seminário *20 anos do Código de Defesa do Consumidor: Muito a comemorar, Muito a melhorar*. A organização é da Faculdade de Direito, Idec (Instituto Brasilei-

ro de Defesa do Consumidor, Fundação Procon de São Paulo. O seminário acontece na sala 239 do Prédio Novo, no campus Perdizes. As inscrições podem ser feitas até o dia 10/9. Para informações, acesse: www.idec.org.br/seminario-20anos-cdc/.

Coleção discute compromisso social da Psicologia

No dia 4/9, aconteceu o lançamento da Coleção *Construindo o Compromisso Social da Psicologia* (Cortez Editora), organizado pela professora Ana Bock. A coleção conta com quatro volumes: *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação entre juventude e violência*, de Maria de Lourdes Trassi e

Paulo Artur Malvasi; *Orientação profissional para as classes pobres*, de Silvío Duarte Bock; *HIV/Aids: enfrentando o sofrimento psíquico*, de Edna Peteres Kahhale, Cynthia Christovam, Elisa Esper, Mara Salla e Tatiana Anéas; e *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas*, de Maria da Graça Gonçalves.

Edição 37 da revista Projeto História

Acabou de ser lançada a edição 37 da revista *Projeto História*, com o tema *História e Religiões*. A edição conta com artigos, re-

senhas, entrevistas e pesquisas. Para acessar o conteúdo da revista, entre na página www.pucsp.br/projeto-historia.

Cipa realiza trabalho de prevenção de acidentes com crianças

Na segunda-feira, 30/8, foi comemorado Dia da Prevenção de Acidentes com Crianças. Por isso, a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e a Ong Criança Se-

gura recomendam que todos entrem na página www.criancasegura.org.br para saber como evitar quedas, afogamentos, atropelamentos e outros acidentes.